



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005040-72.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Repetição de indébito**  
 Requerente: **Danilo Cezarino**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**DANILO CESARINO** ajuizou esta ação contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** sob o fundamento de que recolheu indevidamente tributo (ITBI), já que sua situação encaixa-se na hipótese de dispensa legal prevista na Lei Municipal 10.086/89, mais especificadamente, no seu artigo 3º, inciso V, cuja redação foi dada pela Lei Municipal nº 13.711/05.

Postulou a repetição de indébito do valor indicado, acrescido de correção monetária e juros de mora.

**É o relatório.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

É caso de *improcedência liminar da ação* nos termos do art. 285-A do Código de Processo Civil (incluído pela Lei nº 11.277, de 2006), que assim dispõe:

*"Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada".*

Pleiteia a parte autora a devolução do ITBI pago à municipalidade, acrescido de correção monetária e juros de mora, uma vez que seria beneficiada pela isenção prevista no artigo 3º, V, da Lei Municipal nº 10.086/89.

Em outros casos idênticos<sup>1</sup> este Juízo decidiu que o pedido não comporta acolhimento e, para se chegar a tal conclusão, basta atentar para os requisitos de isenção previstos no art. 3º, V da Lei Municipal nº 10.086/89, alterado pela Lei nº 16.799/13, in verbis:

*"Art. 3º O imposto não incide:*

<sup>1</sup> Processos nº 100209175.2015.8.26.0566; nº 1002250-18.2015.8.26.0566 e nº 1002176-61.2015.8.26.0566



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(...)

*V – Sobre as transmissões relativas a unidades habitacionais em áreas especiais e interesse social (AEIS) e empreendimentos habitacionais de interesse social (EHIS), previstos na legislação municipal.*

(...)”.

No caso em tela, verificamos que o imóvel adquirido não se encontra inserido em nenhuma das AEIS ou EHIS do município regularmente identificadas na Lei nº 14.986/09, logo, não há se falar em isenção do ITBI.

Aplicam-se, no presente caso, as alterações trazidas pela nº Lei 16.799, de 02 de outubro de 2013, pois o fato gerador do ITBI se deu na vigência desta lei.

Ademais, segundo o art. 111 do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção. Tal dispositivo se refere a uma exceção da lei e, sendo direito excepcional, assim deve ser interpretado.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO**, nos termos do artigo 285-A do Código de Processo Civil (incluído pela Lei nº 11.277/2006), condenando a parte autora a suportar as custas e despesas processuais, cuja exigibilidade fica condicionada à regra do artigo 12, da Lei 1.060/50, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

**P.R.Int.**

São Carlos, 01 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**